

Pandemia e Sociologia Escolar: desdobramentos do ensino remoto sobre o ensino de sociologia nas escolas da rede estadual de Goiás

Pandemic and school sociology: developments of remote teaching on sociology teaching in the state schools of Goiás

Icaro Gabriel da Fonseca Engler

Ariadne Ferreira Deotti

Resumo: A educação brasileira sofreu grandes transformações durante a pandemia de Covid-19. Atividades que tradicionalmente eram realizadas de maneira presencial passaram a ocorrer por meio da internet. Diante deste contexto, investigamos quais são os papéis da Sociologia na educação básica e de que maneira o ensino remoto contribuiu para a aproximação ou afastamento desse propósito. Os recursos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Através de um estudo de caso foram observados os desdobramentos do ensino remoto sobre o ensino de Sociologia nas escolas da rede estadual de Goiás. Os resultados apontaram um déficit na ocupação da função docente por professores adequadamente formados que lecionam a disciplina no ensino médio; falta de acesso a equipamentos tecnológicos e ambiente de estudos adequados por parcela dos estudantes; e, falta de adaptação das práticas metodológicas para o formato online. Concluímos que os desafios para uma plena realização do ensino que já existiam antes mesmo da pandemia foram agravados durante o ensino remoto, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem da Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino Remoto; Pandemia e Educação.

Abstract: Brazilian education underwent major transformations during the Covid-19 pandemic. Activities that were traditionally carried out face-to-face were replaced by online studies. Given this context, we investigated the roles of Sociology in basic

education and how remote teaching contributed to bringing this purpose closer or further away. The methodological resources used were the bibliographic review and documental research. Through a case study, the consequences of remote teaching on the teaching of Sociology in the state schools of Goiás were observed. The results pointed to a deficit in the occupation of the teaching function by properly trained teachers who teach the subject in high school; lack of access to technological equipment and adequate study environment by part of the students; and, lack of adaptation of methodological practices to the online model. We conclude that the challenges for the full realization of teaching that already existed even before the pandemic were aggravated during remote teaching, undermining the teaching-learning process of Sociology.

Keywords: Teaching Sociology; Remote Teaching; Pandemic and Education.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado mundialmente pela crise sanitária do SAR-COV-2, que teve seus primeiros casos manifestados no final de 2019, em Wuhan, na China, e foi avançando rapidamente por diversos territórios do globo. Em função da pandemia de Covid-19, múltiplas organizações e instituições foram mobilizadas para unir esforços na tentativa de elencar estratégias eficazes no combate e prevenção ao vírus.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), entidade globalmente reconhecida e legitimada pelas suas ações na área da saúde por todo o mundo, foi um dos principais porta-vozes de uma série de medidas capazes de prevenir a proliferação e contaminação pelo vírus. Dentre essas medidas, o isolamento social foi uma iniciativa que se destacou como eficaz contra o novo coronavírus, uma vez que o isolamento dificulta a formação de grandes aglomerações, evitando assim, a circulação e a infecção pelo vírus.

Diante deste contexto, recorrer ao isolamento social como ferramenta capaz de reduzir o ritmo de contaminação e circulação da Covid-19 foi a melhor estratégia a ser utilizada, visto que ainda não haviam sido desenvolvidas e distribuídas vacinas para a prevenção ao coronavírus. Desse modo, todas as esferas da sociedade foram impactadas por esse fenômeno, tendo suas rotinas e horários alterados. O mesmo ocorreu com as escolas e os centros universitários, que foram um dos primeiros espaços a seguirem as orientações

da OMS que indicavam o isolamento social como medida preventiva à pandemia.

Milhares de professores e estudantes se viram diante de um novo cenário, cuja troca de conhecimento, realizada no calor das conversas presenciais, dentro de uma sala de aula, já não era mais viável. A fim de manter a educação ativa no Brasil, novas formas de ensino-aprendizagem foram implementadas a partir do ensino remoto via internet, um método que se assemelha ao Ensino à Distância, mas que viola a legislação vigente que rege o EaD (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 38).

Entretanto, na medida em que o ambiente educacional presencial muda para o mundo virtual, se faz necessário cumprir algumas condições básicas para colocá-lo em prática, como o acesso às plataformas virtuais mediado por equipamentos adequados (para além do uso do smartphone); acesso à uma internet de qualidade; e o domínio básico de algumas ferramentas da tecnologia da informação, para que os atores envolvidos no “ensino” remoto tenham certa familiaridade ao acessar (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 38).

Além disso, especialmente no caso dos docentes, é preciso uma preparação adequada para o uso pedagógico das ferramentas virtuais, uma adaptação das práticas metodológicas e do material didático que será utilizado neste novo ambiente. De todo modo, as condições mencionadas devem funcionar e estar em harmonia para que haja uma plena realização do processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, o sistema de Ensino Remoto tem tornado a prática pedagógica de uma educação libertadora cada vez mais inviável, tanto pelas questões dos recursos materiais educativos quanto pelo esvaziamento do sentido da educação. Pensar a educação em sua forma plena, exige mobilizar os elementos que compõem a prática pedagógica: a tríade forma-conteúdo-destinatário, fundamental para o planejamento do ensino, onde todos os componentes devem estar conectados entre si, sem que haja um esvaziamento de seus significados (MARTINS, 2013, p. 297 *apud* GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 39).

Com a implementação do Ensino Remoto, o exercício da docência e a experiência discente passaram por grandes transformações, principalmente porque a virtualização do processo de ensino-aprendizagem trouxe limitações que impedem a satisfação das condições necessárias à prática pedagógica, restringindo as alternativas que os atores dispõem na hora de ensinar e aprender. Pensar o processo de ensino-aprendizagem como um modelo único, que pode ser transplantado para o mundo virtual é minimizar o trabalho educativo.

Pensando nas implicações que a pandemia trouxe para a esfera educacional e nos desdobramentos políticos sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, este trabalho interessa-se pelo tema da Sociologia escolar, buscando analisar a que se propõe o ensino de sociologia no Brasil e de que forma o ensino remoto contribui para a aproximação ou afastamento desse propósito.

Visando compreender os desdobramentos do ensino remoto sobre o ensino de Sociologia foi feito um estudo de caso, pesquisa que “se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2013, p. 107). O objeto principal do estudo de caso foi a rede estadual de ensino da unidade federativa de Goiás, onde a partir deste recorte foi possível analisar o cenário educacional na etapa do ensino médio com enfoque na área da Sociologia escolar durante a pandemia.

Após essa introdução, será apresentado o caminho metodológico percorrido por essa pesquisa. Em seguida, como parte do desenvolvimento, abordaremos: i) o processo histórico da disciplina de sociologia na educação básica e formação docente no Brasil; ii) o know-how das ciências sociais e os papéis da disciplina no ensino médio; iii) um estudo de caso sobre os desdobramentos do ensino remoto sobre o ensino de sociologia. Por último, nossas considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O caso de Goiás se destaca porque apesar de ser o estado com maior densidade demográfica da região Centro-Oeste apresenta uma pequena oferta de cursos na área das Ciências Sociais. Evidentemente, o baixo número de licenciaturas acentua a disparidade entre a ocupação da função docente por professores adequadamente formados para lecionar a disciplina de Sociologia, o que impacta diretamente diversas esferas conectadas ao Ensino de Sociologia.

Apesar do caráter intermitente da Sociologia nos currículos escolares desde o século XX, o primeiro curso de licenciatura em Ciências Sociais no estado de Goiás surge apenas no mesmo ano em que a Sociologia voltou a compor os currículos nacionais como disciplina obrigatória, em 2008. Atualmente existem apenas quatro cursos ativos, um pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em Goiânia; dois pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), campus Anápolis e Formosa; e um pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT) no município de Catalão. Apesar do aumento dos cursos em Goiás, sua distribuição ao longo dos 340.106 km² de território goiano se encontra nas mesorregiões Centro (2), Leste (1) e Sul Goiano (1).

A partir deste cenário, o estudo de caso procurou compreender como se deu a realização do ensino de Sociologia nas escolas públicas da rede estadual de ensino em um período em que as atividades que compõem o processo de ensino-aprendizagem passavam por grandes desafios: o ensino remoto emergencial, durante a pandemia de Covid-19. Segundo Antônio Joaquim Severino (2013), as pesquisas realizadas nas áreas de Ciências Humanas têm como principal objetivo a identificação das relações funcionais, detalhando os processos e articulações que são mobilizados no interior da sociedade (SEVERINO, 2013), e é justamente em função das especificidades das Ciências Humanas e de seus paradigmas, que os métodos devem ser aplicados a partir de uma abordagem empírica e apropriada.

Neste sentido, o estudo de caso foi realizado a partir de uma análise de dados secundários organizados pelo Censo Escolar de 2021, que apresenta indicativos sobre acesso à equipamentos de tecnologia e internet; situação socioeconômica dos estudantes; práticas pedagógicas utilizadas durante o ensino remoto; e formação docente, nos auxiliando na compreensão das condições de realização do ensino de Sociologia durante a pandemia. A pesquisa documental também foi um método de auxílio para a análise de documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO), a fim de perceber quais foram as principais orientações destes órgãos para a realização do ensino remoto durante a pandemia.

Ainda segundo Severino (2013), a pesquisa bibliográfica se realiza com base nas produções acadêmicas já feitas por outros pesquisadores, de modo que “os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” (SEVERINO, 2013, p. 108). Assim, o pesquisador irá trabalhar a partir das contribuições disponibilizadas e registradas dos autores para uma análise sobre o tema ao qual se dedica. Dessa forma, a revisão bibliográfica também fez parte do conjunto metodológico utilizado para produção desta investigação, visando resgatar a produção acadêmica dos principais autores da Ciências Sociais e da área de Educação, para auxiliar na construção da análise científica de diversos temas que permeiam nosso objeto de estudo, como a trajetória histórica do ensino de Sociologia no Brasil, a formação docente dos professores para a educação básica, dentre outros.

O PROCESSO HISTÓRICO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Uma das principais características do ensino de Sociologia na educação básica brasileira é sua intermitência nos currículos escolares ao longo da história. A falta de delimitação sobre a função da disciplina na educação e a

burocracia estatal foram fatores que contribuíram para essa alternância entre ausência e presença. Além disso, diferentemente de outros países, no Brasil, a implementação de cursos de Ciências Sociais na modalidade de licenciatura se desencadeou após o processo de discussão da Sociologia escolar. Todos esses fatores provocam reflexos ainda atuais tanto sobre o ensino de Sociologia quanto sobre a formação docente.

As primeiras tentativas de instalar um debate acerca do ensino de Sociologia no Brasil ocorreram ainda no século XIX, com o parecer de Rui Barbosa (1882) e a Reforma Benjamin Constant (1890), mas que não obtiveram sucesso devido à falta de delimitação do sentido que teria a inclusão da disciplina para a educação (OLIVEIRA, 2013). Durante esse período, a Sociologia estava sob forte influência de Comte, a ideia de que a Sociologia era reconhecida como a física social estava alinhada ao pensamento de que os estudos sociológicos coroariam a conclusão das demais ciências, sendo resguarda assim, para o último ano escolar e para os cursos complementares. De acordo com a proposta de reforma de Constant, a disciplina era conhecida como “Sociologia e Moral”, e assumia claramente um papel elitista, visto que era restrita à parcela dos estudantes tinha acesso a níveis educacionais mais superiores.

Amurabi Oliveira (2013), ao revisitar a história do ensino de Sociologia no currículo escolar, nos chama a atenção para o fato de que pesquisadores que tendem a relacionar a presença ou ausência da disciplina com o tipo de governo em determinados tempos históricos podem entrar em contradição. A Reforma de 1925, por exemplo, que introduziu a disciplina como obrigatória nas escolas secundárias, cursos preparatórios e complementares, ocorreu durante um dos governos mais autoritários da República Velha, chefiado por Arthur Bernardes (OLIVEIRA *apud* MORAES, 2013).

A questão que se deve atentar aqui não está voltada para a relação entre a presença ou ausência da Sociologia Escolar em face dos governos autoritários ou democráticos, mas sim pelo papel e propósito ao qual estava incumbido e era exercido pela Sociologia em determinado tempo histórico.

Amaury Moraes (2011), em seu artigo “Ensino De Sociologia: Periodização e campanha pela obrigatoriedade”, ao explicar os fatores que condicionaram a Sociologia a esse caráter intermitente nos currículos escolares aponta justamente que a inclusão ou exclusão da disciplina não está ligado aos contextos ideológicos, mas sim à burocracia educacional que era responsável por administrar o currículo.

Florestan Fernandes, no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, critica o papel que a escola secundária de fato desempenhava, em que Fernandes descreve como “ensino aquisitivo”, objetivando preparar os estudantes para vestibulares, com o fim de serem aprovados em escolas de ensino superior. Para Florestan (1955), a escola secundária, que atualmente reconhecemos como ensino médio, tem um papel formativo, ela deve se preocupar mais com a formação do espírito dos estudantes do que com o acúmulo dos conhecimentos teóricos. A partir desse período, as próximas intervenções e reformas no sistema educacional brasileiro e no ensino de Sociologia adquirem uma nova roupagem, voltando-se, respectivamente, para a construção de um “instrumento consciente de progresso social” e para a capacitação dos estudantes enquanto sujeitos conhecedoras das ferramentas sociológicas de modo de sejam capazes de interpretar a realidade concreta da sociedade brasileira.

O ano de 2008 se tornou um marco para a disciplina por implantar um dos passos mais relevantes no ensino de Sociologia nos últimos anos: a lei 11.684, de 2 de junho de 2008, que tornou obrigatória a presença da Sociologia e Filosofia nos currículos escolares de maneira disciplinar. Entretanto, alguns anos mais tarde, outra reforma entra em cena, a reforma do Ensino Médio, expressa na Lei 13.415, de 2017, que desarticulou a sociologia enquanto disciplina da matriz curricular, passando a ser considerada um componente curricular integrante da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Moraes (2011) sublinha o fato de que na história da Sociologia enquanto campo disciplinar no ensino básico brasileiro, a disseminação da disciplina nos currículos escolares foi realizada em um período marcado pela ausência dos

cursos de formação de professores de Sociologia, “[...] sendo comum a presença de advogados, médicos e engenheiros para cobrir essa carência.”.

Segundo Bodart e Tavares (2019), até 1948 existiam no Brasil 10 Instituições de Ensino Superior que ofertavam cursos de licenciatura em Ciências Sociais. Ao longo do século esse número foi aumentando gradualmente, alinhado também aos cursos de Bacharelado em Ciências Sociais. Essa paridade entre as modalidades da graduação seu deu em função do modelo adotado no ensino superior, que seguia o formato 3+1, no qual os primeiros três anos da graduação eram compostos por disciplinas comuns para bacharelado e licenciatura, e apenas o último ano se diferenciava para os formandos da área de docência, reservado para disciplinas pedagógicas.

Após 2008, ano do retorno da obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, os cursos de licenciatura superaram, em quantidade, os cursos de bacharelado da área de Ciências Sociais. Apesar do aumento expressivo no número de cursos de licenciatura no Brasil entre 1930 e 2017, Bodart e Tavares (2019) chamam a atenção para o fato de que essa ampliação da formação docente não ocorreu de maneira homogênea ao longo do território brasileiro.

Desde a instauração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, até 2017, ou seja, quase uma década após o restabelecimento da Sociologia obrigatoriamente nos currículos escolares do ensino médio brasileiro, embora tenha havido um aumento dos cursos pelo país, a maioria das licenciaturas em Ciências Sociais continuaram concentradas no sul, sudeste e nordeste, como apontam os cartogramas desenvolvimentos por Bodart e Tavares (2019) sobre os respectivos períodos:

MAPA 1: Cartogramas dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais por estados e por região, respectivamente, relativos aos períodos de 1961 e 2017.

Cartograma 1 - Cursos de licenciatura em Ciências Sociais por estados brasileiros, 1961.
Cartogram 1 - Courses of licentiate degree in Social Sciences by Brazilian states, 1961.



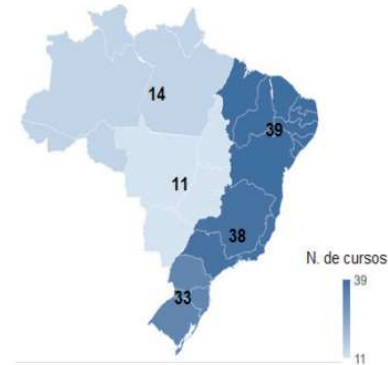
Cartograma 2 - Cursos de licenciatura em Ciências Sociais por Região brasileira, 1961.
Cartogram 2 - Courses of licentiate degree in Social Sciences by Brazilian Region, 1961.



Cartograma 11 - Cursos de licenciatura em Ciências Sociais por estados brasileiros, 2017.
Cartogram 11 - Courses of licentiate degree in Social Sciences by Brazilian states, 2017.



Cartograma 12 - Cursos de licenciatura em Ciências Sociais por Regiões brasileiras, 2017.
Cartogram 12 - Courses of licentiate degree in Social Sciences by Brazilian Region, 2017.



Fonte: BODART, Cristiano das Neves. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017). Blog Café com Sociologia. abr. 2019.

Evidentemente, os diferentes índices de oferta de cursos de licenciatura em Ciências Sociais devem ser analisados à luz da densidade demográfica de cada região ou estado do Brasil na medida em que a demanda pela ocupação da função docente varia de acordo com a população local. Entretanto, devemos nos

atentar não só para a relação entre a ocupação da função docente e a oferta de cursos, mas também para a ocupação da função docente com *formação específica* para a área de Sociologia no ensino médio. Segundo os dados do Censo Escolar de 2020, a área de sociologia, analisada enquanto componente curricular do ensino médio, conta com apenas 36,3% dos docentes que possuem formação adequada para lecionar a disciplina em todo o Brasil.

Apesar dos enormes avanços que a formação docente alcançou até os dias atuais, tendo em visto suas origens ainda na década de 1930, ainda é preciso ampliar a oferta de licenciaturas em Ciências Sociais para diminuir o déficit entre as demandas pela ocupação da função docente e a formação profissional adequada para lecionar Sociologia. Além disso, também é necessário que os Institutos de Educação Superior estejam atentos às mudanças e demandas do mundo pós-moderno de modo que mantenham o currículo de formação docente atualizado.

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação é um bom exemplo para pensar nessa atualização da formação docente, uma vez que sua inclusão na prática pedagógica tem sido mais recorrente conforme os avanços tecnológicos se desenvolvem. No estudo “Integração De Tecnologia Na Educação: Proposta De Modelo Para Capacitação Docente Inspirada No Tpack”, os autores Juarez Bento Da Silva, Simone Meister Sommer Bilessimo e Leticia Rocha Machado (2021) explicam que o uso de TICs na educação não é sinônimo de um uso contínuo e indiscriminado dessas tecnologias em sala de aula, mas sim um “desenvolvimento de práticas pedagógicas condizentes a seu uso em sala de aula” (p. 3). Nesse sentido, a formação docente deve abarcar esses temas na medida em sua relevância tem relação direta com a prática pedagógica, como explicam os autores:

Inquestionavelmente, a integração das TIC na sala de aula passa por competências específicas dos docentes em relação ao uso pedagógico dessas tecnologias. Portanto, para que a integração desses recursos nas aulas seja mais efetiva, é necessário que os professores tenham conhecimentos, habilidades e atitudes

pertinentes e que possam desenvolvê-las no intuito de incluir os recursos tecnológicos em suas tarefas diárias. Isto implica que o docente deve conhecê-las em suas dimensões, ser capaz de analisá-las criticamente e de realizar uma adequada seleção, tanto das tecnologias, como da informação que estes veiculam, sendo capaz de utilizá-las e realizar uma adequada integração curricular na sala de aula. (SILVA; BILESSIMO; MACHADO, 2021, p. 3)

Recentemente, em função da pandemia de Covid-19, que teve seus primeiros casos manifestados em 2020 no Brasil, o uso das tecnologias digitais de informação na educação se tornou uma realidade no cenário brasileiro, já que devido ao isolamento social, o ensino presencial passou a ser realizado de maneira remota. Mesmo que esta opção de ensino remoto para manter a continuidade do processo de ensino-aprendizagem em um contexto de pandemia tenha sido realizada em caráter de exceção, Galvão e Saviani (2021) explicam que seria necessário atender algumas condições básicas para colocá-lo em prática.

Dentre essas condições básicas levantadas por Galvão e Saviani (2021) estão: o acesso às plataformas virtuais mediado por equipamentos adequados além de smartphones; acesso à rede de internet de qualidade; além do conhecimento básico de algumas ferramentas da tecnologia da informação, para que os docentes e discentes tenham familiaridade ao acessar as plataformas. Principalmente no caso dos docentes é necessária uma preparação adequada para o uso pedagógico das ferramentas virtuais.

Silva *et al.* (2021) apresentam os dados coletados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, da pesquisa TIC Educação 2018, sobre a presença das TIC no currículo de formação docente. Segundo a análise estatística, dentre os professores que lecionam na área urbana, 55% durante a graduação não fez nenhuma disciplina sobre o uso de tecnologias digitais, computador e internet nas práticas pedagógicas.

Alinhar as demandas do ensino aos currículos na qualificação de futuros professores é essencial para que haja um pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Analisar a maneira com que a formação docente vem sendo realizada no Brasil é um dos eixos fundamentais para refletir sobre o ensino de sociologia na educação básica, porque é justamente em função da qualidade e do alcance dessa formação que toda cadeia de funcionamento do trabalho docente e do ensino de sociologia será impactada, como por exemplo, o planejamento pedagógico, a seleção e uso dos materiais didáticos, a aderência aos conceitos científicos e a metodologia de ensino utilizada durante as práticas de ensino.

O *KNOW-HOW* DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS PAPÉIS DA DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO

Refletir sobre os sentidos pedagógicos da sociologia escolar implica necessariamente em pensar o sentido da própria Sociologia. Para que serve e a que se propõe o ensino de Sociologia? Lahire (2014) indica que a disciplina se propõe a lançar luz sobre as verdades sobre o mundo social, independentemente de quais sejam essas verdades, desde que os fatos sejam objetiváveis e mensuráveis. Cigales e Bodart (2020) apontaram os principais eixos que são atribuídos aos sentidos do ensino de Sociologia, sendo eles: “a) cidadania; b) preparação básica para o mundo do trabalho; e c) promoção de uma compreensão sociológica da realidade na qual os indivíduos estão inseridos, assim como da reflexividade em relação às suas ações, modos de pensar e se comportar diante do mundo social” (p. 10).

O sentido pedagógico do ensino de Sociologia para Lahire (2014), caminha em direção à formação cidadã e à preparação para a vida coletiva, desde que seja pedagogicamente adaptado, o autor acredita que esses sentidos são fundamentais para a formação escolar dos cidadãos de acordo com as exigências modernas da sociedade.

Segundo os papéis que a disciplina se propõe a desempenhar durante a vida escolar de milhares de estudantes, urge uma questão fundamental: como ensinar sociologia? Se a prática de ensino de Ciências Sociais deve ser realizada a partir da conexão entre as teorias sociológicas e a realidade social dos estudantes, como balancear essa aproximação sem perder o rigor científico? Quais as melhores estratégias para que o conhecimento não seja retido apenas na experiência imediata do estudante, mas sim na assimilação da construção de conhecimentos construídos socialmente pela humanidade, de maneira que a Sociologia “pode se constituir numa importante ferramenta de análise científica e de compreensão dos fenômenos sociais pelos alunos das escolas de ensino médio” (HANDFAS; TEIXEIRA, 2007, p. 141)?

Através da pesquisa “A Sociologia no Ensino Médio”, coordenada por Luiza Helena Pereira (2009), foi possível observar que a maioria dos professores de sociologia no ensino médio – os quais, dentro do universo da pesquisa, apenas 15% eram formados em Ciências Sociais – recorriam a caminhos distintos para lecionar a disciplina, como explica a autora:

[...] por um lado fazem uma abordagem da realidade nacional estudando os “problemas brasileiros” como temas em si mesmos, correspondendo a uma abordagem jornalística da conjuntura nacional, por outro lado, realizam uma abordagem puramente conceitual e teórica, sem auxiliar o aluno a entender a lógica de funcionamento da sociedade brasileira. (PEREIRA, 2009, p. 3)

Essa dicotomia na metodologia de ensino de Ciências Sociais para o ensino médio faz com que a regência seja pautada por caminhos opostos: a) ora se resume a uma conversa informal, onde os temas abordados ficam num plano superficial sendo guiado por discursos de opiniões; b) ora é guiada por diálogos densos, onde a aderência ao rigor do conceito científico não estabelece uma relação com a realidade social concreta. Essa ambiguidade demonstra a importância dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais articularem o repertório curricular com teorias educacionais, de modo que os docentes que

irão atuar no nível da educação básica se tornam mais preparados para lidar com o ensino de sociologia.

É importante ressaltar que as discussões aqui travadas sobre a prática pedagógica do ensino de sociologia estão voltadas para o recorte onde há compatibilidade entre a função docente e formação adequada na área de Ciências Sociais. Com a Reforma do Ensino Médio de 2017, que indica apenas a obrigatoriedade dos estudos e práticas sociológicas diluídos na grande área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, questiona-se não apenas a ocupação do cargo docente por profissionais com formação adequada capaz de suprir as expectativas do trabalho por área do conhecimento, mas também a grave acentuação da ameaça de perda do rigor e método sociológico durante a prática de ensino.

Todo esse cenário ganhou um tom ainda mais agudo durante o período mais grave da pandemia no Brasil, entre 2020 e 2021, quando as aulas presenciais foram interrompidas e implementou-se o Ensino Remoto Emergencial. A prática de ensino durante esse momento foi então colocada em xeque, tendo em vista que:

Não há, pois, uma forma exclusiva de ensinar e aprender e as formas ficam muito restritas quando estamos diante de um modelo em que a aula virtual – atividade síncrona –, que se desdobra em atividades assíncronas, oferece pouca (ou nenhuma) alternativa ao trabalho pedagógico. (GALVÃO; SAVIANI, 2021, p. 42)

Galvão e Saviani (2021) explicam que a garantia da qualidade do ensino através de aulas remotas é dúbia não apenas em função da distância física que afetam as personagens do processo de ensino-aprendizagem, mas porque a forma com que se propôs a continuidade dos estudos no período de quarentena gera um esvaziamento do trabalho pedagógico por não comportar diferentes formas de abordagens. Os autores compreendem que o ensino remoto foi implementado a partir de uma excepcionalidade, porém questionam a tomada dessa decisão como sendo a única maneira de manter a continuidade da educação no país.

Além das práticas de ensino adotadas no ensino remoto, as próprias condições de acesso também são questionadas, haja vista que em função da desigual situação socioeconômica do povo brasileiro, o acesso à internet e a equipamentos digitais como computadores e notebooks de uso exclusivos não podem ser tomados como regulares por todos os cidadãos. Segundo a cartilha publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (2020), mais de 4,5 milhões de brasileiros não possuem acesso à internet banda larga. Ou seja, o ensino remoto foi aplicado em uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador.

Perante a adoção do Ensino Remoto, torna-se evidente o gargalo existente tanto em relação às políticas públicas que deveriam resguardar uma educação de qualidade, quanto aos equipamentos e condições de acesso necessários, incluindo os recursos didáticos e materiais educativo, centrais para a prática de ensino no processo de ensino-aprendizagem. Os sentidos atribuídos à disciplina de Sociologia, sua função ou papel, para a educação influenciam no direcionamento do trabalho pedagógico, porque é a partir dos objetivos a que se pretende chegar com o ensino de Sociologia que se traçam os melhores meios para alcançar tal propósito.

DESDOBRAMENTOS DO ENSINO REMOTO SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO

Ao analisar as medidas adotadas pelo governo de Goiás através de decretos estaduais e de notícias oficiais da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), Jane Cardoso (2020) constatou que o governador do estado, Ronaldo Caiado (DEM) “foi um dos primeiros a adotar decretos de isolamento social, fechando o comércio, escolas e atividades culturais, sendo criticado inclusive pelo presidente Jair Bolsonaro, seu aliado, mas que era contra essas medidas drásticas de isolamento” (CARDOSO, 2020, p. 38). Segundo a autora, as escolas estaduais interromperam suas aulas no dia 13 de março de 2020, e o

ensino remoto foi desenvolvido e implementado já no final do primeiro semestre letivo do mesmo ano.

Dentre as políticas educacionais elencadas pela SEDUC de Goiás, seis eixos de atuação foram propostos para acompanhamento da educação durante a pandemia (CARDOSO, Jane; 2020; p. 42). Desses eixos, se destacaram: *a)* A criação do portal NetEscola, direcionado tanto para discentes quanto docentes, a plataforma distribuía materiais e conteúdos de ensino e pesquisa, além da distribuição de material impresso para aqueles que não tinha acesso à internet; *b)* O repasse de um benefício com média de R\$ 75,00 aluno/mês, que visava auxiliar famílias de estudantes que tinham a merenda escolar como complementação da alimentação diária; *c)* O programa de monitoramento das aulas, que por meio de questionários online, gerava relatórios analíticos de modo que permitia acompanhar a adesão das escolas que integrantes do programa bem como seu funcionamento diário, além disso, também conseguia monitorar a frequência e os alunos que estavam sem acesso à Internet.

Apesar dos esforços mobilizados para o plano da educação estadual, segundo pesquisa realizada pela UFG sobre o trabalho pedagógico do ensino remoto em Goiás, o que marcou a realização do processo de ensino-aprendizagem foi a transplantação do modelo adotado no ensino presencial para o ambiente virtual, chamado de ensino “presencial na tela” (Secom-UFG, 2021). A professora Rosemara Lopes (2021), coordenadora da pesquisa da Faculdade de Educação, analisou 68 planos de estudo, 33 relatórios de professores, 19 projetos político pedagógicos, 202 videoaulas e 798 vídeos e imagens diversas das redes públicas municipais e estaduais de ensino goianas.

Tais análises concluíram que o sistema de ensino remoto consistiu, portanto, na reprodução de aulas presenciais através de sistemas de comunicação virtual. Essa “reprodução” das aulas foi realizada a partir do caráter excepcional do momento, e em nada se assemelha ao sistema de Educação à Distância, que é regulamentada e conta com ampla conceituação didática e pedagógica. O estudo também mapeou as tecnologias utilizadas, abordagens de ensino, atividades desenvolvidas e os conhecimentos científicos imersos no processo de ensino-aprendizagem durante o ensino remoto. Lopes

(2021) afirma que “os resultados mostraram que no ensino remoto foram mantidas atividades típicas do presencial”.

O questionário aplicado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2019 e o Censo Escolar da Educação Básica de 2021, permitiram realizar um estudo de caso a partir de análises estatísticas das escolas estaduais que possuem o ensino médio regular no estado de Goiás. O questionário SAEB/INEP 2019 foi respondido por 38.742 alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual de ensino. Nota-se que 82% dos entrevistados não possuem tablet; 37% não possuem computador ou notebook; 17% não possuem rede wifi; e 52% não possuem mesa para estudar ou escrivaninha.

Ainda assim, a realização das aulas foi feita conforme o modelo que vinha sendo adotado em todo o estado, através de encontros síncronos via Google Meet; aplicação de formulários para realização de atividades; e/ou acesso à plataforma Portal NetEscola, que ofereceu conteúdos para o ensino e pesquisa, atividades e outros conteúdos que serviram de material de apoio para os estudos em casa (Secom-UFG, 2021).

O resumo técnico do estado de Goiás¹, a partir dos dados do censo escolar de 2021, demonstra que das escolas que aderiram ao ensino remoto durante a pandemia, no que tange à etapa do ensino médio, 34,3% utilizaram alguma plataforma desenvolvida especificamente para a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal ou para as escolas, e outras 84,2% utilizaram softwares de terceiros². Nota-se também que o uso de plataformas digitais aumenta conforme se avança nas etapas educacionais. O índice de uso de plataformas de terceiros para o ensino fundamental I nos anos iniciais, por exemplo, ficou expressivamente menor do que no ensino médio, ocupando a casa dos 37,2%.

¹ Este Resumo Técnico apresenta informações referentes ao Censo Escolar 2021, referentes ao ano letivo de 2020 no estado de Goiás. Dados atualizados sobre o impacto da pandemia estarão disponíveis após a coleta da segunda etapa do Censo Escolar 2021. A pesquisa suplementar foi respondida por 4.441 escolas, o que corresponde a 96,1% do total de escolas da educação básica no estado de Goiás em 2020. Dessas, 3.434 são da rede pública e 1.007 são da rede privada. Os respondentes da rede pública correspondem a 98,7% e da rede privada a 88,3% do total na UF, indicando um bom nível de cobertura da pesquisa em diferentes estratos” (INEP/MEC, 2022).

² Os dados apresentados sobre a utilização de plataformas próprias ou terceiras não apresentam exclusividade, isto é, existem casos de escolas que utilizaram apenas uma das opções e outras que articularam suas estratégias de ensino a partir de ambas.

Apesar da grande adesão ao ensino remoto, seja por plataformas desenvolvidas especificamente para a escola, seja por acesso a plataformas de terceiros, a disponibilização de recursos tecnológicos e de comunicação não se deu na mesma proporção. A dependência administrativa estadual corresponde à 20,8% das escolas do estado de Goiás, entretanto, apenas 2,5% das escolas estaduais providenciaram acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio; e apenas 20,4% disponibilizaram equipamentos tecnológicos digitais para a continuidade das atividades pedagógicas durante o ensino remoto na pandemia. A relação entre o uso de ferramentas digitais de comunicação e a disponibilização de acesso, na esfera estadual, pode ser comparada a partir dos gráficos³ a seguir:

³ Ambos os gráficos foram desenvolvidos por Deed/Inep a partir dos dados coletados no Censo Escolar 2021, com enfoque principal nas medidas educacionais implementadas diante do contexto da pandemia de Covid-19 em 2020 e podem ser acessados no Resumo Técnico do estado de Goiás.

GRÁFICO 1

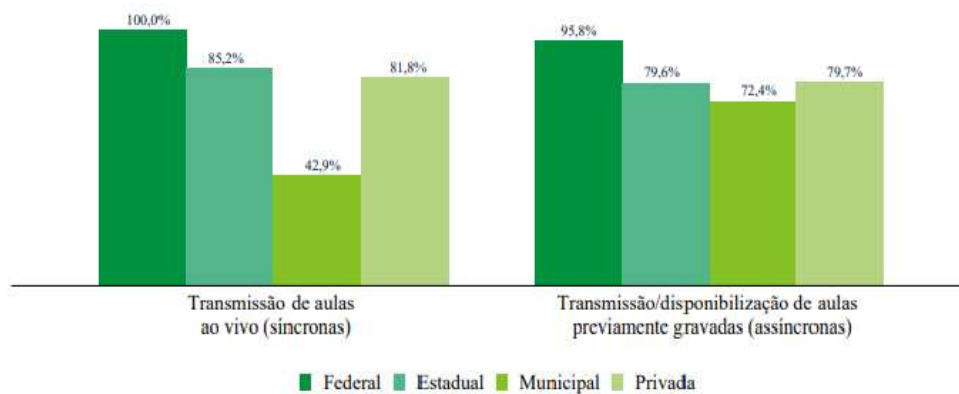


GRÁFICO 60

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS ADOTADAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM OS ALUNOS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – GOIÁS – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2020.
Nota: As escolas podiam assinalar mais de uma categoria.

GRÁFICO 2

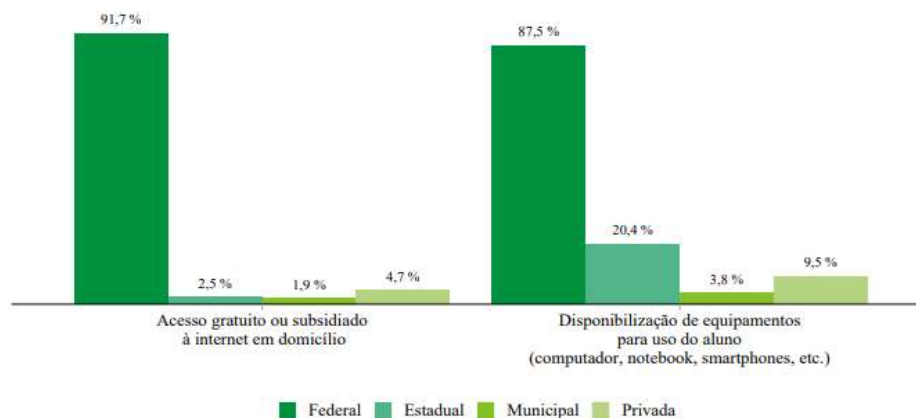


GRÁFICO 59

PERCENTUAL DE ESCOLAS POR ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E APOIO TECNOLÓGICO DISPONIBILIZADO AOS ALUNOS PARA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DURANTE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – GOIÁS – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Outras informações importantes que nos ajudam a analisar os desdobramentos do ensino remoto sob o ensino de sociologia estão relacionadas

à formação docente dos professores que lecionam na educação básica. Ainda de acordo com os dados do Censo Escolar de 2021, 97,1% dos docentes que lecionam no ensino médio em Goiás têm nível superior completo. Desse total de professores com graduação, 87,6% representam a formação na modalidade de licenciatura, enquanto que 9,5% se referem ao bacharelado. Os outros 2,9% possuem formação de nível médio ou inferior.

Apesar da grande maioria dos professores serem formados na modalidade de licenciatura, a relação entre o número de licenciados e a ocupação adequada da função docente ainda permanece irregular, com destaque especial para a disciplina de Sociologia. O resumo técnico do estado de Goiás aponta que:

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 7,2% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 80,2%. (INEP/MEC, 2022, p. 46).

A ausência de docentes formados em licenciatura em Ciências atuando na educação básica do estado de Goiás é exposta pelo seguinte gráfico⁴:

⁴ O grupo 1 representa o percentual de disciplinas que são lecionadas por professores com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina.

GRÁFICO 3

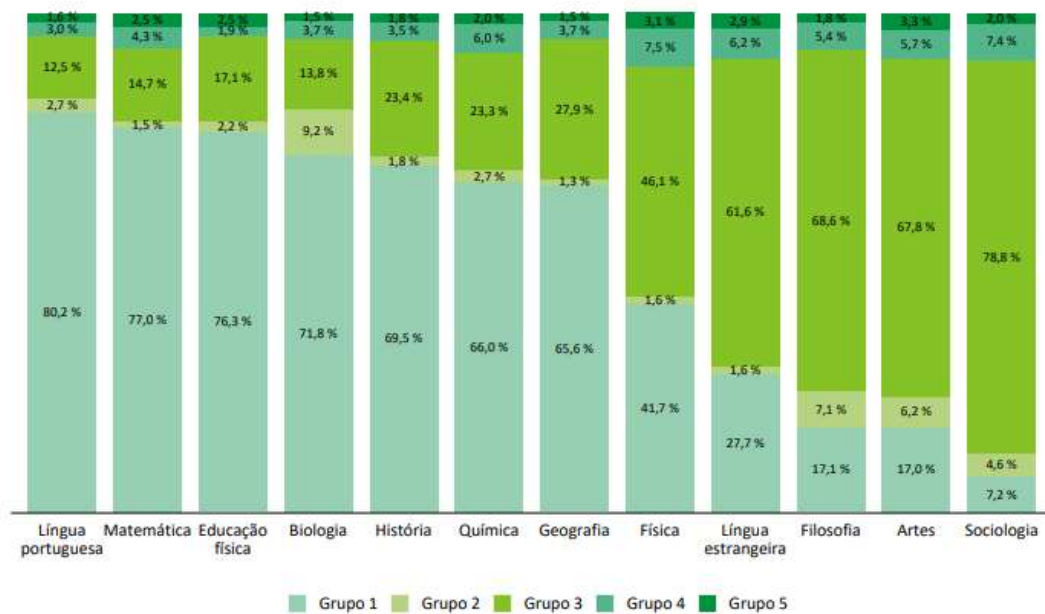


GRÁFICO 43

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO – GOIÁS – 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Os dados analisados para este estudo de caso, que teve como enfoque principal os desdobramentos do ensino remoto sob o ensino de Sociologia a partir de um recorte da rede de ensino estadual de Goiás são representativos à trajetória da educação brasileira como um todo, principalmente no que tange à sociologia escolar. Durante a pandemia, notamos que mesmo diante da falta de condições de acesso aos dispositivos necessários para o acesso às aulas remotas e de um espaço físico favorável ao ambiente de estudos para uma parcela dos estudantes, o ensino remoto foi implementado. Os esforços mobilizados pela rede estadual para proporcionar aos estudantes acesso à internet e equipamentos como computadores e notebooks foram pequenos se comparados à demanda gerada pelo público em questão.

Para dar continuidade ao período letivo, o ensino que era realizado presencialmente foi simplesmente transportado para o modelo virtual, a partir das transmissões síncronas e assíncronas, além de atividades para casa, sem que houvesse o mínimo esforço para se pensar nas adaptações metodológicas

das práticas de ensino neste formato. Como explicam Galvão e Saviani (2021), a falácia do “ensino” remoto é afirmar que este modelo seria o único meio capaz de dar continuidade à educação em meio a pandemia. Novas propostas de ensino poderiam ter sido aplicadas neste cenário, como clubes de leitura, debates e atividades lúdico-pedagógicas.

Todo esse cenário se torna ainda mais grave quando voltamos nossa atenção para o percentual de docentes com formação adequada para lecionar a Sociologia no Ensino Médio. Ora, se diante de um ensino remoto, onde as práticas pedagógicas já estão extremamente restritas em função do modelo virtual, impactando diretamente não só na *forma* como ensinar, também nos próprios *conteúdos* que se pretende ensinar, como podemos garantir que o ensino de sociologia cumpre seu papel na educação se além deste contexto, também é lecionada por profissionais que não se apropriaram academicamente das teorias das Ciências Sociais? Evidentemente, são necessárias novas pesquisas para a mensuração do percentual de estudantes com aprendizado adequado na área de sociologia e seus impactos diante da sociedade. Entretanto, não há dúvidas que, tanto pelas condições de acesso, quanto pela forma como foi realizada, a educação e, principalmente, a sociologia escolar por meio do ensino remoto sofreram com a precarização da disciplina, não bastasse a recém alteração na Lei de 2017 que a desarticulou enquanto disciplina curricular obrigatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual, após a Reforma do Ensino Médio, pela Lei 13.415 de 2017, e do contexto pandêmico que afetou a educação brasileira de diferentes formas, este trabalho, buscou compreender qual o atual papel do ensino de Sociologia na educação e quais efeitos a virtualização do ensino, através do período de ensino remoto sobre a mesma. Para uma plena compreensão dos desdobramentos e consequências do ensino remoto sobre a

sociologia escolar foi preciso resgatar a história do ensino de Sociologia e da formação docente no Brasil.

A permanência e delimitação da Sociologia nos currículos escolares da educação perpassa tanto pela consolidação da categoria profissional, expressa através da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), quanto pelas conquistas legais em relação à regulamentação da disciplina. Até os anos de 1940 a disciplina na educação básica exercia um papel conservador, tendendo mais para um instrumento de controle social. Após esse período, os marcos legais como a instauração da primeira Lei de Diretrizes e Bases, a redemocratização e os movimentos que acenavam para a reinclusão da disciplina no currículo escolar contribuíram para que os sentidos pedagógicos da Sociologia escolar caminhassem numa direção mais progressista, sendo interpretada como uma ferramenta de emancipação social e leitura crítica da sociedade, onde seus principais objetivos se voltam para o estranhamento, desnaturalização e interpretação da realidade social concreta vivenciada.

Evidentemente, as respostas de questões mais objetivas que permeiam o ensino de Sociologia, como o papel da disciplina na educação básica e seus sentidos pedagógicos, as práticas docentes e seus impactos na sociedade só podem ser plenamente atendidas na medida em que a ocupação da função docente é feita por profissionais adequadamente formados para lecionar.

O contexto da formação docente de professores formados em Ciências Sociais ou em Sociologia que coordenam a disciplina nas escolas brasileiras ainda está longe de alcançar um patamar adequado. Como vimos através do Censo Escolar de 2021, apenas 40,7% dos docentes possuem formação adequada para lecionar a disciplina de Sociologia. Por consequência, a falta de formação adequada por si mesma já afeta toda a cadeia do trabalho docente no ensino de Sociologia.

Essa disparidade entre a formação adequada e a ocupação da função docente também se destacou no objeto do estudo de caso a que se dedicou este trabalho, visto que no estado de Goiás a área conta com apenas 7,2% dos docentes com formação adequada. Apesar dos impactos refletidos no ensino de Sociologia por conta da incompatibilidade na formação, os resultados do estudo

de caso apontam que o ensino remoto contribuiu para um afastamento dos propósitos do ensino de Sociologia na medida em que não atendeu as condições mínimas para o acesso virtual e tão pouco adaptou as práticas metodológicas para o novo formato.

Ou seja, apesar da transposição do ambiente de aprendizagem, que passou do presencial para o virtual, as metodologias de ensino foram mantidas seguindo a lógica presencial, o que causa prejuízo na qualidade da educação, haja vista que para cada ambiente de ensino deve-se utilizar uma metodologia adequada a fim de se alcançar os objetivos do que se pretende ensinar. Quando a prática de ensino não se adequa ao ambiente a qual se dispõem para sua realização, a maneira como o conhecimento histórico, os destinatários do trabalho docente, os estudantes, se articulam entre si é comprometida, colocando em xeque todo o propósito do ensino. Pensando no ensino de Sociologia, os desdobramentos do ensino remoto causam uma ameaça à capacidade dos estudantes de se formarem enquanto cidadãos críticos e interpretar a realidade social concreta a partir das lentes sociológicas.

Irrefutavelmente, novas pesquisas são necessárias para apontar o Percentual de estudantes com aprendizado adequado, bem como os parâmetros que seriam utilizados para tal mensuração na área do ensino de Sociologia. Da mesma forma, são necessárias novas investigações que deem conta de apresentar práticas metodológicas que facilitem a conexão entre as teorias sociológicas e a interpretação da realidade social concreta por parte dos estudantes diante do paradigma que impera no século XXI frente à constante incorporação das tecnologias digitais e virtuais nas relações sociais.

Outras pesquisas também seriam necessárias para avaliar efeitos produzidos a longo prazo, como o papel e permanência da Sociologia na educação básica após a última reforma legal estabelecida e a configuração da disciplina na BNCC, além dos efeitos na saúde mental causados pelo contexto da virtualização do ensino durante a pandemia para os docentes e discentes.

Diante do exposto, conclui-se que, embora mesmo antes do ensino remoto as condições do ensino de Sociologia na rede estadual do estado de Goiás já não eram suficientes em função do déficit de profissionais adequadamente

formados, o ensino remoto agravou ainda mais essa situação. Isso se deve pela falta de condições de acesso por uma parcela significativa dos estudantes aos meios utilizados para a realização ensino; falta preparação dos docentes para o uso pedagógicos das ferramentas digitais; e falta de uma adaptação das práticas metodológicas para que os conteúdos da Sociologia sejam devidamente apropriados por aqueles a quem se dirige toda organização do trabalho educativo: os estudantes. Além de todos esses impactos, acentua-se também a precarização do trabalho docente e da experiência discente, que em função da sobrecarga e forçada “autonomia” que esses atores tiveram de acionar durante o ensino remoto, podem causar prejuízos físicos e mentais para os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Grupo de Trabalho de Política Educacional. Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. 2020. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto.
- ANDES-SN: Revista Universidade e Sociedade, [s. l.], ano XXXI, ed. 67, p. 36-49, janeiro 2021.
- BODART, Cristiano das Neves. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017). Blog Café com Sociologia. abr. 2019. Disponível em: < <https://cafecomsociologia.com/para-parar-de-dizer-que-globalizacao-e/> >
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. UM “RAIO-X” DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA BRASILEIRO: condições e percepções. Estudos de Sociologia, Recife, 2016, Vol. 2 n. 22.
- BURAWOY, Michael. Por Uma Sociologia Pública. Política & Trabalho, Revista De Ciências Sociais N. 25, outubro De 2006 - P. 9-50.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico do estado de Goiás: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

CARDOSO, Jane Alves. Pandemia e o regime especial de aulas não presenciais: analisando o modelo da secretaria de educação do estado de goiás – seduc. Revista aproximação — volume 02. Número 05. — out/nov/dez 2020 issn: 2675-228x — guarapuava - paraná – brasil.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia e os sentidos pedagógicos. In: Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil. Pensar a Educação em Revista, ano 5, vol. 5, n. 4, dez 2019 – fev. 2020.

ENSINO “PRESENCIAL NA TELA” PREVALECEU DURANTE FECHAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS. Jornal UFG. 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/147188-ensino-presencial-na-tela-prevaleceu-durante-fechamento-das-escolas-publicas-em-goias>

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. 1955, Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. O ensino de Sociologia e a Escola Sem Partido. In: Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

HANDFAS, Anita; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de sociologia nas escolas de nível médio. Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan/jun. 2007.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61.

MARIN, A. J. Didática geral. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 16-32, v. 9.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

MEUCCI, S. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. Estudos de Sociologia, [S. l.], v. 6, n. 10, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184>

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social [online]. 2003, v. 15, n. 1.

MORAES, Amaury César. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES, vol. 31, p. 359-382, 2011.

PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando futuros professores de sociologia. Práticas Sócio educativas na Educação Superior. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação - o desmonte da educação nacional. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-25, e020063, 2020.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

SILVA, Fiorelli Ileizi. O ensino de Sociologia e a BNCC. In: Dicionário do Ensino de Sociologia. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

SILVA, Juarez Bento da; BILESSIMO, Simone Meister Sommer; MACHADO, Leticia Rocha. INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: PROPOSTA DE MODELO PARA CAPACITAÇÃO DOCENTE INSPIRADA NO TPACK. Educação em Revista [online]. 2021, v. 37.

Icaro Gabriel da Fonseca Engler

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: icaro.engler@ufv.br.

Ariadne Ferreira Deotti

Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ariadne.deotti@ufv.br.

Recebido em 19 de fevereiro de 2023.

Aceito em 1 de junho de 2023.